



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

Procuradoria Geral do Município

PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo: 2635/2025

Requerente: AGENTE DE CONTRATAÇÃO

Assunto: Recurso Administrativo. Empresa inabilitada por suposta ausência de certificado de vigilância sanitária estadual, mas que apresentou menor preço ao certame. Empresa recorrente que alega não observância do contraditório e ampla defesa, bem como o princípio de vinculação ao edital. Administração que deve buscar a realização de demais princípios dispostos no art. 5º da Lei 14.133/21, como da razoabilidade, proporcionalidade, interesse público e economicidade. Pelo indeferimento do recurso.

A empresa **Air Liquide Brasil Ltda** apresentou recurso administrativo contra o parecer jurídico e decisão administrativa que acatou o direito de petição da empresa **White Martins Gases Industriais Ltda**, nos autos do processo administrativo n. 17.438/2024, considerando que a mesma apresentou o menor preço ao certame, mas foi inabilitada por não apresentar certificado de licenciamento sanitário estadual, não obstante possuí-lo, configurando-se situação preexistente, conforme entendimento do TCU. Alega a recorrente que não foi notificada para apresentar





MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

Procuradoria Geral do Município

manifestação, e que, desse modo, houve violação do contraditório e ampla defesa no procedimento administrativo, bem como inobservância ao princípio da vinculação ao edital, nos termos do art. 5º da lei 14.133/21.

É o relatório.

Passo à análise jurídica:

Reitero o parecer jurídico exarado no processo n. 17.438/2024, haja vista as razões ali expostas, considerando que o valor ofertado pela empresa White Martins Gases Industriais LTDA foi de **R\$ 2,06**, e da empresa recorrente, AIR Liquide Brasil LTDA, foi de R\$ 3,89, o que representa uma diferença de 47,04%.

Tal pode gerar um prejuízo ao erário municipal de R\$ 658.000,00 no prazo de cinco anos.

Quanto ao licenciamento sanitário estadual, reporto-me ao entendimento do TCU, conforme colacionado no referido parecer jurídico.

A empresa recorrente em nenhum momento se manifesta quanto aos preços praticados, sendo que o dela está muito acima do ofertado pela White Martins, e sequer se manifesta quanto a possível inexecutabilidade, mas apenas ao devido processo legal, ao contraditório e à vinculação do edital. Certo que esses princípios, conforme dispostos no art. 5º da lei





MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

Procuradoria Geral do Município

14.33/21, devem ser perseguidos pela Administração, mas também os princípios do interesse público, da razoabilidade e da economicidade devem ser o norteador, não menos do que aqueles princípios e garantias alegados pela recorrente.

Dessa forma, entendo que, conforme preconiza a Lei 14.133/21, a licitação é o meio pelo qual deve se busca a proposta mais economicamente vantajosa, pois deve-se, em primeiro lugar, pugnar-se pelo interesse público e pela economicidade, sob pena de comprar um produto superfaturado ou com preço muito maior do que o ofertado no mercado, fato que pode caracterizar lesão ao erário e responsabilização de quem deu causa.

Quanto ao alegado pela recorrente de que não foi notificada pra apresentar contrarrazões, nem as outras empresas participantes do certame, obviamente que a mesma teve acesso ao alegado pela empresa White Martins (direito de petição) e ao parecer jurídico que opinou pelo deferimento, como agora ataca por meio de recurso.

Sendo assim, como a empresa não trouxe nenhum fato novo, e tampouco entrou no mérito quanto ao preço que a mesma ofertou, 47,04% mais caro do que o ofertado pela White Martins, entendo não prosperar as suas alegações, pois deve o gestor buscar a melhor vantagem econômica, a primar pelo bom uso do dinheiro público tendo em vista o interesse público, e, sendo assim, entendo que deve ser declarada como vencedora do certame a empresa White Martins Gases Industriais Ltda, uma vez que





MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

Procuradoria Geral do Município

ofertou o preço 47,04% menor do que a terceira colocada, a empresa recorrente.

Caso assim não entenda a Agente de Contratação, pugno pela revogação do certame, conforme preconiza a Súmula 473 do STF, haja vista que está configurado o sobrepreço praticado pela empresa recorrente e o futuro prejuízo ao erário municipal, e seja reiniciado novo processo licitatório, com pesquisa de preço na forma do art. 23, §1º, II e III da Lei 14.133/21, bem como revisto o edital, de modo a escoima-lo de vícios e entraves que impedem a livre concorrência e a busca da oferta mais vantajosa à Administração.

Diante do exposto, opino pelo indeferimento do recurso apresentado pela empresa.

Dê-se ciência à recorrente e à recorrida.

À Agente de Contratação para decisão.

São José do Vale do Rio Preto, 20 de fevereiro de 2025.

VICTOR HUGO LAGRECA CASAMASSO
Advogado do Município
OAB/RJ 88801





MUNICIPIO SÃO JOSE DO VALE DO RIO PRETO

RUA PROFESSORA MARIA EMÍLIA ESTEVES, Nº 691 - CENTRO

SJVRP/RJ - CEP: 25780-000

FONE (24) 2224-7404



CÓDIGO DE ACESSO

BC2BFBED58EE4A509828766B3F6F370C

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://sjvriopreto.flowdocs.com.br/public/assinaturas/BC2BFBED58EE4A509828766B3F6F370C>